



GABARITO 01
MANHÃ

CADERNO DE QUESTÕES
CONSULTOR LEGISLATIVO

**ÁREA: MEIO AMBIENTE, HIGIENE, SAÚDE PÚBLICA E BEM-ESTAR SOCIAL,
EDUCAÇÃO E CULTURA, TRANSPORTES, OBRAS PÚBLICAS, INFRAESTRUTURA E
URBANISMO, ESPORTES E LAZER, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E
INFORMÁTICA e INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO**

ATENÇÃO

Sr. candidato,

Verifique se o tipo de gabarito constante em seu cartão-resposta corresponde ao da etiqueta colada na carteira e ao do caderno de questões recebido. Esses números deverão ser idênticos. Qualquer divergência informar, imediatamente, ao fiscal de sala e solicitar a devida correção.

1. A prova terá duração de 4 (quatro) horas, considerando, inclusive, a marcação do **CARTÃO-RESPOSTA**.
2. É de responsabilidade do candidato a conferência deste caderno que contém **60 (sessenta) questões de múltipla escolha**, cada uma com 4 (quatro) alternativas (A,B,C e D), distribuídas da seguinte forma:

CONTEÚDO	QUESTÕES
Língua Portuguesa	01 a 10
Direito Constitucional	11 a 20
Direito Administrativo	21 a 30
Direito Financeiro e Controle Externo e Interno	31 a 40
Administração e Políticas Públicas	41 a 55
Ética do Servidor na Administração Pública	56 a 60

3. Transcreva a frase abaixo, para o espaço determinado no seu **CARTÃO-RESPOSTA**, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, para posterior exame grafológico.

O tempo é algo que não volta atrás.

O descumprimento dessa instrução implicará a anulação da sua prova e a sua eliminação do concurso.

4. A prova deverá ser feita, obrigatoriamente, à caneta esferográfica de tinta azul ou preta, fabricada em material transparente, não sendo permitido o uso de lápis, lapiseira e/ou borracha.
5. Durante a prova não será admitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, tampouco será permitido o uso de qualquer tipo de aparelho eletrônico.
6. O candidato somente poderá retirar-se, definitivamente, do recinto de realização da prova, entregando o **CADERNO DE QUESTÕES E O CARTÃO-RESPOSTA devidamente assinado**, após decorrida **1 (uma) hora do início da prova**. No entanto, **SOMENTE** durante os 30 (trinta) minutos finais de prova será permitido copiar seus assinalamentos do **CARTÃO-RESPOSTA**, em formulário próprio, a ser distribuído pelo fiscal de sala.
7. Ao terminar a prova o candidato entregará, obrigatoriamente, ao Fiscal de Sala, o seu **CARTÃO-RESPOSTA** e o **CADERNO DE QUESTÕES**, sob pena de exclusão do certame.
8. Os três últimos candidatos deverão permanecer em sala, sendo liberados **somente** quando **todos** tiverem concluído a prova ou o tempo tenha se esgotado, sendo indispensável o registro dos seus nomes e assinatura na ata de aplicação de prova.
9. **O FISCAL DE SALA NÃO ESTÁ AUTORIZADO A ALTERAR QUAISQUER DESSAS INSTRUÇÕES.**
10. O gabarito da prova será publicado no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro - D.O Rio e no Diário Oficial da Câmara Municipal do Rio de Janeiro - D.C.M. no segundo dia útil após a realização das provas, e disponibilizados, também, no site <http://concursos.rio.rj.gov.br>

Boa Prova!

LÍNGUA PORTUGUESA

Considere o texto I para responder às questões 01, 02 e 03.

Texto I - Clarisse

Clarisse, cidade gloriosa, tem uma história atribulada. Diversas vezes decaiu e re floresceu, mantendo sempre a primeira Clarisse como inigualável modelo de todos os esplendores, a qual comparada com o atual estado da cidade, não deixa de suscitar suspiros a cada giro de estrelas. Nos séculos de degradação, a cidade, esvaziada por causa das pestilências, reduzida em estatura por causa do desabamento de traves e cornijas e do desmoronamento de terras, repovoava-se lentamente com hordas de sobreviventes emersos de sótãos e covas como férvidos ratos movidos pelo afã de revolver e roer e que ao mesmo tempo se reuniam e se ajustavam como passarinhos num ninho. Agarravam-se a tudo o que podia ser retirado de onde estava e colocado em outro lugar com outra utilidade [...] Montada com os pedaços avulsos da Clarisse imprestável, tomava forma uma Clarisse da sobrevivência, repleta de covis e casebres, córregos infectados, gaiolas de coelhos. Todavia não se perdera quase nada do antigo esplendor de Clarisse, estava tudo ali apenas disposto de maneira diversa mas não menos adequada às exigências dos seus habitantes. Os tempos de indigência eram sucedidos por épocas mais alegres: uma suntuosa Clarisse-borboleta saía da mísera Clarisse-crisálida...

Ítalo Calvino. "As cidades e o nome 4" In: *As cidades invisíveis*. RJ: O Globo, 2003. Páginas 102-103. Fragmento.

01. Verificam-se, na formação das palavras **inigualável** e **emersos**, prefixos com o mesmo significado daqueles existentes, respectivamente, em:
- (A) introvertido, encéfalo
(B) irromper, embarcar
(C) ingerir, entrelinhas
(D) irrestrito, evadido
02. "Todavia não se perdera quase nada do antigo esplendor de Clarisse" O sentido da frase iniciada pelo conector em destaque modifica-se, caso este seja substituído por:
- (A) contudo
(B) portanto
(C) no entanto
(D) entretanto
03. "estava **tudo** ali". O pronome em destaque funciona como sujeito da oração. Exerce a mesma função sintática o termo destacado em:
- (A) Fica-se triste quando se está impotente diante de uma **situação**.
(B) Resmungava-se, todo o tempo, contra a **carestia** súbita.
(C) Anuncia-se, na TV, um **tratamento** infalível para essa doença.
(D) Chegou-se à **conclusão** de que o diálogo era indispensável.

Considerar o texto II para responder às questões 04 e 05.

Texto II - Quanto de barbárie existe ainda dentro de nós?

Carregamos dentro de nós, latente mas sempre atuante, o impulso de morte. A religião, a moral, a educação, o trabalho civilizatório foram os meios que desenvolvemos para pôr sob controle esses demônios que nos habitam. Mas essas instâncias não detêm aquela força que possa submeter tais impulsos às regras de uma civilização que procura resolver os problemas humanos com acordos e não com o recurso da violência. Cumpre reconhecer que vigora em nós ainda muita barbárie. Não diria animalidade, pois os animais se regem por impulsos instintivos de preservação da vida e da espécie. Em nós esses impulsos perduram mas temos condições de conscientizá-los, canalizá-los para tarefas dignas, através de sublimações não destrutivas, como Freud e, recentemente, o filósofo René Girard com seu "desejo mimético" positivo tanto insistiram. Mas ambos se dão conta do caráter misterioso e desafiante da persistência desse lado sombrio (pulsão de morte em dialética com a pulsão de vida) que dramatiza a condição humana e pode levar a fatos irracionais e criminosos como o linchamento de uma pessoa inocente.

Leonardo Boff. 19/05/2014. Fragmento. Disponível em <http://leonardoboff.wordpress.com/2014/05/19/quanto-de-barbarie-existe-ainda-dentro-de-nos/>

04. "Mas essas instâncias não **detêm** aquela força". A forma verbal em destaque, com idêntica ortografia, preenche corretamente a lacuna existente em:
- (A) Conforme as atuais orientações, _____-se imediatamente o veículo em que faltam os equipamentos obrigatórios.
(B) Acionistas majoritários _____ o poder, por isso interferem muito nos negócios da empresa.
(C) Tanto peca quem apressa os hóspedes que não querem partir quanto quem os _____ quando já estão partindo.
(D) Esse grupo de policiais, com agilidade, sempre _____ os delinquentes.
05. "submeter tais impulsos **às** regras de uma civilização". Assim como se constata nesse segmento, é obrigatório empregar o sinal grave indicativo de crase em:
- (A) Percorremos a cidade de ponta **a** ponta.
(B) O estabelecimento funcionará, hoje, até **as** dezoito horas.
(C) Esses papéis podem ser úteis **a** Vossa Excelência.
(D) O operário vai refazer os serviços **as** expensas da empresa.

Considerar os preceitos expressos no Manual de Redação Oficial da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, para responder às questões 06 e 07.

06. Na redação oficial, clareza, precisão e concisão são fundamentais. Exemplo que fere esses princípios aparece em:
- (A) Maria das Graças, que é minha irmã, trabalha na construção civil.
- (B) A administração pública direta ou indireta deve seguir o princípio da legalidade.
- (C) O cidadão falou com o funcionário que esperava há muito tempo.
- (D) A compreensão da mensagem é fundamental para a produtividade da comunicação.
07. Na redação oficial, o uso do pronome possessivo e o gênero gramatical do termo que se refere ao ser nomeado pelo pronome de tratamento estão corretos em:
- (A) Vossa Senhoria (mulher), muito atarefada, nomeará seu substituto amanhã.
- (B) Vossa Senhoria (homem), muito cuidadoso, apresentareis vosso pronunciamento.
- (C) Sua Excelência (homem), bem espirituosa, fará vossa comunicação matinal.
- (D) Sua excelência (mulher), bastante concentrado, nomeará vosso substituto.

Considere o texto III para responder às questões 08, 09 e 10.

Texto III - A arte de andar nas ruas do Rio de Janeiro

Ele se mudou para o sobrado da chapelaria para melhor escrever o primeiro capítulo, que compreende, apenas, a arte de andar no centro da cidade. Não sabe qual capítulo será o mais importante, no fim de tudo. O Rio é uma cidade muito grande, guardada por morros, de cima dos quais pode-se abarcá-la, por partes, com o olhar, mas o centro é mais diversificado e obscuro e antigo, o centro não tem um morro verdadeiro; como ocorre com o centro das coisas em geral, que ou é plano ou é raso, o centro da cidade tem apenas uma pequena colina, indevidamente chamada de morro da Saúde, e para se ver o centro de cima, e assim mesmo parcialmente, é preciso ir ao morro de Santa Teresa, mas esse morro não fica em cima da cidade, fica meio de lado, e dele não dá para se ter a menor ideia de como é o centro, não se veem as calçadas das ruas, quando muito vê-se em certos dias o ar poluído pousado sobre a cidade.

Rubem Fonseca. In: *Romance negro e outras histórias*. São Paulo: Cia das Letras, 1992. Página 16. Fragmento.

08. “Ele se mudou para o sobrado da chapelaria para melhor escrever o primeiro capítulo, **que** compreende, apenas, a arte de andar no centro da cidade.” O termo em negrito é um pronome relativo, também se inclui nessa classe gramatical o termo destacado em:
- (A) Os alunos da frente têm **que** deixar os demais verem o filme.
- (B) Os amigos perguntavam aos atletas: vocês precisam de **quê?**
- (C) Os estudantes precisam de respostas **que** sejam satisfatórias.
- (D) Ele então explicou **que** era preciso escrever a receita no quadro.
09. “Ele **se** mudou para o sobrado da chapelaria”. O pronome oblíquo em negrito é empregado em uma construção reflexiva, assim como o termo destacado em:
- (A) Animada, a criança vestiu-**se** rapidamente.
- (B) Carregam-**se** muitas imagens na procissão.
- (C) Os fiéis abraçaram-**se** após a celebração.
- (D) Nunca **se** pode saber o dia de amanhã.
10. “... não se veem as calçadas das ruas, **quando muito** vê-se em certos dias o ar poluído pousado sobre a cidade.” O sentido da expressão em negrito equivale a:
- (A) na pior das hipóteses
- (B) com frequência
- (C) quase sempre
- (D) no máximo

DIREITO CONSTITUCIONAL

11. De acordo com as concepções filosóficas justificadoras dos direitos fundamentais, é possível afirmar que:
- (A) para os realistas, os direitos do homem são o resultado direto de lutas sociais e políticas
- (B) para os positivistas, os direitos do homem são imperativos do direito natural, anteriores a tudo
- (C) para os jusnaturalistas, os direitos do homem são ideais acolhidos pela realidade no tempo
- (D) para os idealistas, os direitos do homem são anteriores e superiores à vontade do Estado
12. De acordo com o entendimento doutrinário, quando a Constituição não se limita a exigir que eventual restrição ao âmbito de proteção de determinado direito seja prevista em lei, estabelecendo, também, as condições especiais, os fins a serem perseguidos ou os meios a serem utilizados, tem-se uma:
- (A) reserva legal para-axiológica
- (B) restrição legal *sui generis*
- (C) restrição legal qualificada
- (D) simples reserva legal

13. Segundo o disposto na Constituição da República Federativa do Brasil, são de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que disponham sobre:
- (A) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos territórios
 - (B) organização e funcionamento da Presidência da República, polícia, criação transformação ou extinção de cargos, empregos e funções
 - (C) ocupação de cargos ou funções demissíveis *ad nutum* nas pessoas jurídicas de direito público, autarquias e empresas públicas federais
 - (D) controle e fiscalização de empresas que gozem de benefícios fiscais ou participem de programas oficiais de fomento à saúde e à educação
14. Segundo a Constituição da República Federativa do Brasil, dentre os membros do Conselho Nacional de Justiça encontram-se:
- (A) um juiz federal indicado pelo Superior Tribunal de Justiça; e um juiz federal do trabalho, com mais de 10 anos de magistratura, indicado pelo respectivo Tribunal Regional
 - (B) um Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, indicado pelo respectivo tribunal; e dois advogados indicados pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil
 - (C) dois Desembargadores do Tribunal de Justiça, indicados pelo Supremo Tribunal Federal e pelo Superior Tribunal de Justiça; e o Presidente do Supremo Tribunal Federal
 - (D) dois membros do Ministério Público da União, indicados pelo Procurador-Geral da República, por lista tríplice; e o Presidente do Superior Tribunal de Justiça
15. Segundo a Constituição da República Federativa do Brasil, na vigência do Estado de Defesa, é:
- (A) vedada a prisão superior a 5 (cinco) dias
 - (B) permitida a incomunicabilidade do preso
 - (C) vedada a detenção de qualquer pessoa
 - (D) vedada a incomunicabilidade do preso
16. Segundo as normas da Constituição da República Federativa do Brasil, é correto afirmar que o plano diretor:
- (A) aprovado pela Câmara Municipal e pelo Tribunal de Contas, obrigatório para cidades com mais de quarenta mil habitantes, é instrumento básico da política urbana
 - (B) criado pela Assembleia Legislativa, obrigatório para todas as capitais dos Estados, é instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana
 - (C) criado pela Câmara Municipal, obrigatório para todas as cidades com mais de cinquenta mil habitantes, é instrumento básico da política de desenvolvimento urbano
 - (D) aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana
17. Segundo o disposto na Constituição da República do Brasil, sobre o processo legislativo, é possível afirmar que disporá sobre a elaboração, redação e consolidação das leis:
- (A) a medida provisória
 - (B) a lei complementar
 - (C) a lei delegada
 - (D) a lei ordinária
18. De acordo com o entendimento doutrinário, quando há vícios que traduzem defeito de formação do ato normativo, pela inobservância de princípios de ordem técnica ou procedimental ou pela violação de regras de competência, a hipótese é de:
- (A) inconstitucionalidade formal
 - (B) inconstitucionalidade material
 - (C) inconstitucionalidade superveniente
 - (D) inconstitucionalidade pré-constitucional
19. De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, é da competência exclusiva do Congresso Nacional:
- (A) fixar, por proposta do Presidente da República, limites globais para o montante da dívida consolidada da União, dos Estados e dos Municípios
 - (B) autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios
 - (C) sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa
 - (D) estabelecer limites globais e condições para o montante da dívida mobiliária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios

20. De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, compete ao Conselho de Defesa Nacional:

- (A) propor critérios e condições de utilização das águas internacionais e opinar sobre normas relativas à defesa do Estado e das Instituições Democráticas
- (B) estudar, propor e acompanhar o desenvolvimento de iniciativas necessárias a garantir a independência nacional e a defesa do Estado Democrático
- (C) exercer o comando supremo das Forças Armadas, nomear os comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica e promover seus oficiais
- (D) pronunciar-se sobre questões relevantes para a estabilidade das instituições democráticas, por meio dos Órgãos de Defesa Nacional

DIREITO ADMINISTRATIVO

21. A teoria consagrada pela clássica doutrina de Paul Duez, segundo a qual o lesado não precisaria identificar o agente estatal causador do dano, bastando comprovar o mau funcionamento do serviço público, ainda que, sem a indicação do agente que o provocou, recebe o nome de:

- (A) teoria da responsabilidade com culpa
- (B) teoria da responsabilidade objetiva
- (C) teoria da culpa administrativa
- (D) teoria do risco administrativo

22. O instrumento formal expedido pela Administração Pública, por meio do qual se expressa aquiescência no sentido de ser desenvolvida certa atividade pelo particular, denomina-se:

- (A) alvará
- (B) permissão
- (C) regulamento
- (D) autorização-desenvolvimento

23. De acordo com o entendimento doutrinário, a situação de respeito que os agentes da administração devem ter para com as normas que os regem, em cumprimento aos deveres e obrigações a eles impostos, denomina-se:

- (A) responsabilidade hierárquica
- (B) hierarquia funcional
- (C) disciplina funcional
- (D) respeito funcional

24. Os contratos administrativos regidos pela Lei 8.666/93 (lei de licitações e contratos administrativos) poderão ser alterados unilateralmente pela Administração Pública quando:

- (A) houver necessidade de modificação do regime de execução da obra, serviço ou fornecimento dos termos contratuais
- (B) houver necessidade de modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes
- (C) houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos
- (D) houver necessidade de restabelecer encargos do contratado e a justa retribuição da Administração

25. De acordo com a Lei 10.520/2002 (lei do pregão), é possível afirmar que:

- (A) declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 8 (oito) dias úteis para a apresentação das razões do recurso, devendo os demais licitantes ser intimados a apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos
- (B) declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 48 (quarenta e oito) horas para a apresentação das razões do recurso, devendo os demais licitantes ser intimados a apresentar contrarrazões em igual número de horas, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos
- (C) declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis para a apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados a apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos
- (D) declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para a apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados a apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos

26. De acordo com a Lei 8.429/92 (Lei de improbidade administrativa), o ato de perceber vantagem econômica direta ou indireta para facilitar a alienação, permuta, ou locação de bem público ou o fornecimento de serviço por ente estatal por preço inferior ao valor de mercado configura ato de improbidade administrativa que:

- (A) causa prejuízo ao erário
- (B) importa em enriquecimento ilícito
- (C) causa prejuízo à Administração Pública
- (D) atenta contra os princípios da Administração Pública

27. De acordo com o entendimento doutrinário, a desapropriação que abrange as áreas contíguas necessárias ao desenvolvimento da obra realizada pelo Poder Público e as áreas que vierem a sofrer valorização extraordinária em decorrência da mesma obra denomina-se:

- (A) desapropriação indireta
- (B) desapropriação por zona
- (C) desapropriação urbanística
- (D) desapropriação confiscatória

28. De acordo com o entendimento doutrinário, a delegação do direito de explorar a atividade econômica a outra pessoa denomina-se:

- (A) monopólio impuro
- (B) oligopólio puro
- (C) monopólio
- (D) privilégio

29. Em face dos atos da administração decorrentes da aplicação da Lei 8.666/93 (Lei de licitações e contratos administrativos) cabe, dentre outros:

- (A) recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata no caso de anulação ou revogação da licitação
- (B) recurso, no prazo de 8 (oito) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata no caso de aplicação da pena de multa ou advertência
- (C) representação, no prazo de 10 (dez) dias úteis da intimação da decisão relacionada com o objeto da licitação ou do contrato administrativo
- (D) pedido de reconsideração, no prazo de 3 (três) dias úteis da intimação da decisão, do Secretário Municipal que inabilita o licitante

30. De acordo com a Lei 8.987/95 (Lei de concessão e permissão de serviço público), a permissão de serviço público será formalizada mediante:

- (A) contrato de gestão, que observará os termos da Lei 8.987/95, das demais normas pertinentes e do edital de licitação, inclusive quanto à vinculação e à revogabilidade unilateral do contrato pelo poder concedente
- (B) parceria público-privada, que observará os termos da Lei 8.987/95, das demais normas pertinentes e do edital de licitação, inclusive quanto à vinculação e à revogabilidade unilateral do contrato pelo poder concedente
- (C) contrato de adesão, que observará os termos da Lei 8.987/95, das demais normas pertinentes e do edital de licitação, inclusive quanto à precariedade e à revogabilidade unilateral do contrato pelo poder concedente
- (D) contrato de rateio, que observará os termos da Lei 8.987/95, das demais normas pertinentes e do edital de licitação, inclusive quanto à precariedade e à revogabilidade unilateral do contrato pelo poder concedente

DIREITO FINANCEIRO E CONTROLE INTERNO E EXTERNO

31. De acordo com a doutrina do direito financeiro, a receita pública pode ser classificada sob vários aspectos. No que diz respeito à coercitividade, no estudo da receita, esta se desdobra em:

- (A) originária e derivada
- (B) ordinária e extraordinária
- (C) efetiva e por mutação patrimonial
- (D) orçamentária e extraorçamentária

32. O Direito Financeiro constitui o conjunto de normas jurídicas que disciplinam a atividade financeira do estado: o orçamento público, a receita pública, a despesa pública e o crédito público. Tem como um dos diplomas legais a Lei 4.320/64, com abrangência nacional, aplicando-se à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, a qual determina no seu texto, obediência aos seguintes princípios orçamentários:

- (A) unidade, universalidade e anualidade
- (B) legalidade, exclusividade e anualidade
- (C) anualidade, equilíbrio e universalidade
- (D) unidade, anualidade e orçamento bruto

33. A Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF determina que o Poder Executivo da União promoverá, até o dia trinta de junho, a consolidação nacional e por esfera de governo das contas dos entes da Federação, relativas ao exercício anterior, e a sua divulgação, inclusive por meio eletrônico de acesso público. Para cumprimento desse dispositivo, os municípios devem enviar suas contas ao Poder Executivo da União até a seguinte data:

- (A) 31 de março
- (B) 30 de abril
- (C) 15 de maio
- (D) 31 de maio

34. Em 31/12/2013, uma prefeitura elaborou o seguinte quadro resumo referente aos créditos e dotações autorizadas durante o exercício financeiro: (valores em R\$)

Data	Tipo de Crédito	Dotação Autorizada	Empenhado	Liquidado	Pago
01/01	Orçamentário	500.000	490.000	470.000	440.000
10/06	Especial	30.000	25.000	22.000	20.000
20/09	Extraordinário	50.000	30.000	30.000	20.000
08/11	Suplementar	25.000	22.000	20.000	18.000
12/12	Especial	20.000	12.000	8.000	5.000

Com base na legislação vigente, o valor total do saldo dos créditos que poderia ser transferido e reaberto no exercício financeiro de 2014 seria de:

- (A) R\$ 28.000
- (B) R\$ 31.000
- (C) R\$ 52.000
- (D) R\$ 122.000

35. Um município tem como uma das fontes de arrecadação de recursos financeiros, anualmente, os *royalties*, pela exploração de petróleo em seu litoral. Na sua Lei Orçamentária, a previsão dessa fonte de recursos deverá ser classificada como sendo uma receita:

- (A) industrial
- (B) de serviço
- (C) patrimonial
- (D) de transferência corrente

36. A história do controle no Brasil remonta ao período colonial. Sabe-se que o controle brasileiro teve grande influência portuguesa e espanhola. Sendo assim, pode-se afirmar que:

- (A) em 1680, foi instalado o Erário Régio e criado o Conselho da Fazenda, jurisdicionados a Portugal
- (B) a ideia de criação de um Tribunal de Contas surgiu, pela primeira vez no Brasil, em 23 de junho de 1826, com a iniciativa de Felisberto Caldeira Brandt, Visconde de Barbacena
- (C) em 7 de novembro de 1890, por iniciativa do então Chefe do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil, Rui Barbosa, o Decreto nº 966-A criou o Tribunal de Contas da União
- (D) em 1808, na administração de D. João VI, foram criadas as Juntas das Fazendas das Capitanias e a Junta da Fazenda do Rio de Janeiro, que tinha como atribuição acompanhar a execução da despesa pública

37. De acordo com o art. 71, inciso V da Constituição Federal de 1988, compete ao Tribunal de Contas da União fiscalizar as contas nacionais das empresas supranacionais de cujo capital social a União participe, de forma direta ou indireta, nos termos do tratado constitutivo. De acordo com a Carta Magna, pode-se afirmar que:

- (A) empresas supranacionais não são controladas por entes públicos
- (B) serão fiscalizadas todas as contas que se encontram no território brasileiro
- (C) Petrobras International Braspetro B.V. é um exemplo de empresa supranacional
- (D) caso o tratado não mencione o assunto, o TCU não terá como realizar a fiscalização

38. O Município sofre fiscalização pela Câmara Municipal e pelo Poder Executivo. De acordo com as competências do Controle Externo, pode-se afirmar que:

- (A) o Tribunal de Contas encaminhará à Câmara Municipal, bimestral e anualmente, relatório de suas atividades
- (B) a Câmara Municipal encaminhará ao Tribunal de Contas, bimestral e anualmente, relatório de suas atividades
- (C) a Câmara Municipal encaminhará ao Tribunal de Contas, trimestral e anualmente, relatório de suas atividades
- (D) o Tribunal de Contas encaminhará à Câmara Municipal, trimestral e anualmente, relatório de suas atividades

39. O Controle Interno desempenha papel relevante na Administração Pública. Uma das relações entre o controle interno e o controle externo, no contexto das entidades da Administração Pública ocorre quando este avalia aquele. Essa análise compreende:

- (A) evitar utilização de dados e documentos fornecidos pelo controle interno
- (B) delimitar as competências que cabem ao controle externo e ao controle interno
- (C) aferir a eficácia dos controles internos quanto a sua capacidade de evitar eventos de risco
- (D) vincular os processos de controle interno por meio de uma aprovação por parte do controle externo

40. É possível que o profissional de auditoria deixe de emitir apropriadamente sua opinião sobre as transações, documentos e demonstrações materialmente incorretos devido a ausência ou fragilidades de controles internos e de erros ou fraudes existentes, mas não detectados pelo seu exame, em face da ausência ou deficiência dos elementos comprobatórios ou pela ocorrência de eventos futuros incertos, que tenham potencial para influenciar os objetos da auditoria. Essa probabilidade denomina-se:

- (A) risco de auditoria
- (B) avaliação de risco
- (C) risco de controle
- (D) risco sistêmico

ADMINISTRAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS

41. A ciência da Administração Pública ou camaralismo teve sua origem nas rotinas administrativas executadas por funcionários em instâncias administrativas do Estado. Do ponto de vista teórico, vários autores são responsáveis pelo desenvolvimento do camaralismo alemão, dentre estes, Melchior von Osse que, por meio de seus escritos, deixou a seguinte contribuição:

- (A) a prudência cívica se relaciona à habilidade de aplicação das regras prescrita pela ciência cívica
- (B) ao governo cabe a estruturação da sociedade e sua condução para uma situação de bem-estar
- (C) um centro decisório com boas e confiáveis informações seria o sustentáculo para a estruturação de políticas públicas
- (D) a política é a arte de associar homens com o objetivo de estabelecer, cultivar e conservar a vida social entre eles

42. Governança em políticas públicas é entendida como um modo de governo, distinto do modelo de controle hierárquico, característico do Estado intervencionista, incorporando novos elementos como a noção de estado mínimo, de sistemas sociocibernéticos e de auto-organização em redes. Existe um arranjo de governança que postula que as redes não respondem ao Estado, pois são auto-organizadas, muito embora o Estado possa dirigi-las de maneira indireta e imperfeita. Essa argumentação refere-se à seguinte característica do arranjo:

- (A) interações sob a lógica dos jogos
- (B) interdependência entre organizações
- (C) grau de autonomia frente ao Estado
- (D) contínuas interações entre membros de rede

43. Em conformidade com a Constituição Federal, o princípio orçamentário que determina que a iniciativa de propor a Lei Orçamentária Anual é de competência do Poder executivo, é o da:

- (A) não vinculação
- (B) especificação
- (C) exclusividade
- (D) reserva legal

44. Na indicação do perfil profissional apropriado para trabalhar em gestão por processos para profissionais que vão atuar especificamente em equipes virtuais, deve-se buscar incluir a seguinte característica:

- (A) fechado a mudanças e *feedbacks*, para domínio do todo organizacional
- (B) desejoso de reter informações, para melhor decidir nos processos organizativos
- (C) orientado a objetivos, de forma que direcione seu trabalho aos aspectos relevantes
- (D) disciplinador, uma vez que há uma supervisão forte e direta no ambiente colaborativo

45. A criação de níveis diferenciados de governança corporativa tem como objetivo evidenciar as empresas compromissadas com a transparência e com as melhores práticas. O requisito exclusivo exigido para adesão ao nível de governança corporativo denominado novo mercado é o seguinte:

- (A) disponibilização de um calendário anual de eventos corporativos e realização de ao menos uma reunião anual com acionistas e investidores
- (B) emissão apenas de ações ordinárias e/ou conversão das ações preferenciais em ordinárias
- (C) *tag along* de 100% aos ordinários minoritários e 70% para os preferencialistas
- (D) balanço anual seguindo as normas do USGAAP ou IAS GAAP

46. Segundo o modelo de Qualidade de Vida no Trabalho (QVT) de Hackman e Oldhan, as dimensões do cargo produzem estados psicológicos críticos que conduzem a resultados pessoais e de trabalho que afetam a QVT. A dimensão do cargo em que a pessoa deve ter uma percepção clara das consequências e impactos de seu trabalho sobre o trabalho dos outros é denominada:
- (A) retroação do próprio trabalho
 - (B) variedade de habilidades
 - (C) identidade das tarefas
 - (D) significado das tarefas
47. O princípio fundamental da contabilidade aplicado à contabilidade pública que se refere à tempestividade e à integridade do registro do patrimônio e das suas mutações, determinando que este seja feito de imediato e com a extensão correta, é o da:
- (A) oportunidade
 - (B) continuidade
 - (C) competência
 - (D) entidade
48. A dependência de trajetória segundo James Mahoney, pode ser definida como a característica específica daquelas sequências históricas em que eventos contingentes estabelecem modelos institucionais. Assim, é correto afirmar que as perspectivas teóricas de base de dependência de trajetória inspiram-se em argumentos culturais e políticos, bem como nos seguintes:
- (A) utilitarismo e funcionalismo
 - (B) relativismo e institucionalismo
 - (C) estruturalismo e construtivismo
 - (D) fundamentalismo e cientificismo
49. Na Administração Pública brasileira, a Constituição Federal que pela primeira vez determinou, na relação entre os entes da federação, que os estados se organizassem de modo que a autonomia dos municípios fosse assegurada no que diz respeito ao seu interesse peculiar, determinando que os estados e municípios teriam que criar as condições necessárias para o seu próprio desenvolvimento, foi a do ano de:
- (A) 1988
 - (B) 1934
 - (C) 1891
 - (D) 1824
50. O tipo de tributo que é gerado pela valorização imobiliária ou benefício decorrente de obras públicas é denominado:
- (A) taxa
 - (B) imposto
 - (C) receita patrimonial
 - (D) contribuição de melhoria
51. A visão global das diversas interações que ocorrem durante a prestação do serviço oferecido pela empresa que evidencia para as equipes as experiências vividas pelos clientes na utilização dos serviços da empresa, denomina-se:
- (A) atributo crítico
 - (B) hora da verdade
 - (C) ciclo dos serviços
 - (D) indicador estratégico
52. A contabilidade pública tem por objetivo registrar e interpretar os fenômenos que afetam as situações orçamentárias, financeiras e patrimoniais das entidades de direito público. O sistema contábil que registra e movimenta as contas representativas de direitos e obrigações decorrentes de contratos, convênios e obrigações e que, ao final do exercício, tem seus saldos transferidos, é o:
- (A) de compensação
 - (B) orçamentário
 - (C) patrimonial
 - (D) financeiro
53. A etapa do ciclo orçamentário que compreende a fixação de objetivos para o período considerado, incluindo cálculo de recursos humanos, materiais e financeiros necessários para seu alcance, é a:
- (A) aprovação da lei do orçamento
 - (B) elaboração da proposta
 - (C) execução orçamentária
 - (D) avaliação e controle
54. A abordagem administrativa da organização que privilegia a gestão por processo tem consolidada a seguinte característica diferencial:
- (A) a capacitação dos indivíduos é dirigida às múltiplas competências
 - (B) a organização do trabalho é focada em procedimentos de áreas funcionais
 - (C) a avaliação de desempenho é centrada no desempenho funcional do indivíduo
 - (D) o relacionamento externo é pouco direcionado, há maior concentração no âmbito interno
55. O tipo de políticas públicas chamadas de mutuamente integradas e que são desenvolvidas entre partes de uma mesma organização ou por organizações situadas hierarquicamente em um mesmo âmbito, como por exemplo as políticas de combate ao tráfico de drogas no Mercosul, são as do tipo:
- (A) verticais
 - (B) horizontais
 - (C) setorializadas
 - (D) territorializadas

ÉTICA DO SERVIDOR NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

56. Constitui crime praticado por funcionário público contra a Administração Pública, expressamente previsto no Código Penal, punido com pena de detenção de 3 (três) meses a 2 (dois) anos e multa, a seguinte conduta:
- (A) retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal
 - (B) modificar ou alterar, o funcionário, sistema de informações ou programa de informática sem autorização ou solicitação de autoridade competente
 - (C) facilitar, com infração de dever funcional, a prática de contrabando ou descaminho de produtos e mercadorias trazidos do exterior
 - (D) deixar o funcionário, por indulgência, de responsabilizar, devidamente, subordinado que cometeu infração penal no exercício do cargo
57. De acordo com o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo, é vedado expressamente ao servidor público:
- (A) facilitar a fiscalização de todos os seus atos ou serviços por quem de direito, ainda que no exercício de atividade ética profissional
 - (B) divulgar e informar a todos os integrantes da sua classe sobre a existência do Código de Ética, violando o sigilo ético profissional
 - (C) retirar da repartição pública, sem estar legalmente autorizado, qualquer documento, livro ou bem pertencente ao patrimônio público
 - (D) utilizar os avanços técnicos e científicos ao seu alcance profissional ou do seu conhecimento privado para atendimento do seu mister
58. O Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo prevê expressamente como regra deontológica que:
- (A) ser cortês, ter urbanidade, disponibilidade e atenção, respeitando a capacidade e as limitações individuais de todos os usuários do serviço público, sem qualquer distinção entre os seres humanos, não caracteriza apenas uma obrigação, mas um dever ético, somente sendo possível iludir pessoas que tratem de modo inadequado e inconveniente o servidor público
 - (B) participar de iniciativas que se relacionem com a melhoria do exercício de suas funções, tendo por escopo a realização do bem comum e particular, não caracteriza apenas uma obrigação, mas um dever ético, sendo possível, em determinadas circunstâncias expressamente previstas em lei, a obtenção de vantagens e privilégios aos servidores públicos
 - (C) deixar o servidor público qualquer pessoa à espera de solução que compete ao setor em que exerça suas funções, permitindo a formação de longas filas, ou qualquer outra espécie de atraso na prestação dos serviços, não caracteriza apenas atitude contra a ética ou ato de desumanidade, mas principalmente grave dano moral aos usuários dos serviços públicos
 - (D) zelar, quando ilícito o exercício da greve, pelas exigências específicas de defesa da vida e da segurança coletiva é uma obrigação, sendo possível pleitear ou sugerir qualquer tipo de ajuda financeira, gratificação, prêmio ou doação que não ultrapasse o patamar de meio salário mínimo, para si, familiares ou qualquer pessoa para o cumprimento da sua missão
59. Constitui crime contra as finanças públicas, expressamente previsto no Código Penal, punido com pena de reclusão, de 1(um) a 2 (dois) anos, a seguinte conduta:
- (A) ordenar ou autorizar a inscrição em restos a pagar de despesa que não tenha sido empenhada
 - (B) extraviar documento oficial, de que tem a guarda em razão do cargo, sonegá-lo ou inutilizá-lo, com culpa
 - (C) ordenar ato que acarrete aumento de despesa com pessoal, nos 180 dias anteriores ao final do mandato
 - (D) ordenar, autorizar ou realizar operação de crédito, interno ou externo, sem prévia autorização legislativa
60. Segundo o disposto na Lei nº 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa), constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da Administração Pública:
- (A) revelar ou permitir que chegue ao conhecimento de terceiro, antes da respectiva divulgação oficial, teor de medida política ou econômica capaz de afetar o preço da mercadoria, bem ou serviço
 - (B) utilizar, em obra ou serviço particular, veículos, máquinas, equipamentos ou material de qualquer natureza cujo valor seja desproporcional à evolução do patrimônio ou à renda do agente público
 - (C) realizar operação financeira ou tributária, sem observância das normas legais e regulamentares ou aceitar garantia insuficiente, ilegal, inidônea ou contrária aos bons costumes
 - (D) permitir a alienação, permuta ou locação de bem integrante do patrimônio das entidades da Administração Pública direta ou indireta ou a prestação de serviço por preço inferior ao de mercado